



POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E ENSINO MÉDIO INOVADOR: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE

Autor(a): Francisco Jucivânio Felix de Sousa(1); Ellis Regina Ferreira dos Santos (2)
Co-autor: Luzia Mônica Lima da Frota Araújo (3); Márcia Rejane Damasceno Dias Co-autor:
(4); Orientador: Márcia Gardênia Lustosa Pires(1)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – juc.fe@uol.com.br (1).

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – ellisrf@yahoo.com.br(2).

Secretária de Educação do Estado do Ceará– monicafrotaa@gmail.com(3).

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – marcia_rdd@hotmail.com(4).

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – gardenialustosa@yahoo.com.br (1).

INTRODUÇÃO

O presente escrito apresenta os resultados de uma pesquisa realizada em uma escola pública do estado do Ceará, que tem como objetivo elaborar um plano de ação que vise atender as reais necessidades dos atores escolares (alunos, professores, servidores, pais e gestores). Referida investigação se alia a perspectiva de consolidação da gestão democrática na escola pública, buscando promover as ações contempladas no Projeto Ensino Médio Inovador (ProEMI) (Brasil, 2014).

Para tanto, discute os desafios enfrentados pelos educadores do ensino médio, no contexto da escola pública, para que se efetive uma educação básica de qualidade, partindo de uma perspectiva que apreende a educação e a escola em seus aspectos contraditórios, em face de contextos sociopolíticos e econômicos específicos.

Para fins de análise desse estudo nos ancoramos em uma visão histórica de educação, buscando relacionar as exigências impostas à escola, enquanto *lócus* privilegiado de repasse do saber sistematizado (SAVIANNI, 2003), como vinculadas a interesses específicos



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

(políticos e econômicos) de cada época. Situamos, portanto, a compreensão vigente na sociedade atual, de que a educação constitui um dos elementos mais importantes para o desenvolvimento econômico de um país ou região, uma vez que tem por finalidade preparar o cidadão para o exercício do trabalho e da cidadania (Brasil, 1996).

Percebe-se, portanto, que a educação brasileira nas últimas décadas vem sendo alvo constante de preocupação política e foco do debate em âmbito acadêmico e social mais amplo, o que supõe compreender a interlocução do campo educativo com os interesses políticos. A exemplo disso se verifica, por exemplo, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação que consiste em uma *“conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica* (Brasil, 2012 p. 01)”, assegurando o direito à educação para todos, permitindo uma ampla discussão sobre a inclusão social, a diversidade étnica e cultural, abrindo espaço para que a sociedade possa participar e debater essas diversas situações.

No que concerne mais especificamente ao Ensino Médio a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9394/96, apresenta uma definição clara de essa etapa do ensino finaliza a Educação Básica e colabora para a construção da identidade do educando como pessoa humana, na qual poderá se inserir no mercado de trabalho ou dar continuidade aos estudos por meio do Ensino Superior. Assim, de acordo com a referida legislação, em sua seção IV, o ensino médio deverá ter como finalidade:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

Nesse sentido este artigo tem como objetivo contribuir com o debate sobre as políticas públicas de educação para o Ensino Médio, a partir dos resultados parciais de uma



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

pesquisa que apresenta os principais desafios enfrentados pelos educadores de uma escola pública do estado do Ceará, buscando identificar possibilidades concretas para a construção de ações e estratégias inovadoras para o ensino médio.

A escola pesquisada situa-se no município do Eusébio-CE, fazendo parte da Rede Estadual de Ensino e sob a abrangência da Coordenadoria Regional de Educação – CREDE 01- CE, que é composta por sete (07) municípios localizados na Região Metropolitana de Fortaleza: Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Guaiúba, Itaitinga, Maracanaú e Pacatuba. A escola em questão localiza-se em um distrito do citado município e tem uma clientela de baixo poder aquisitivo cuja maioria é atendida pelos programas de geração de renda, oriundos de classe socioeconômica de baixo poder aquisitivo: trabalhadores assalariados ou subempregados, cujas famílias convivem com o drama da iminência do desemprego.

Como reflexo dessa realidade, percebe-se que em maioria, o corpo discente da escola não denota grandes perspectivas para um futuro promissor devido a uma baixa auto estima que apresenta. Por outro lado, o corpo docente, percebe-se também uma desmotivação por parte do corpo docente pelo sentimento de impotência devido a atual realidade vivida pelos adolescentes que frequentam a escola. Percebe-se portanto, que ambos os grupos, denotam falta de vontade de participar dos projetos, das reuniões e das atividades que são planejadas para acontecer na escola.

METODOLOGIA

Essa pesquisa consiste em um estudo de natureza qualitativa, que contempla investigações de cunho bibliográfico, documental e de campo. Como procedimento metodológico para incursão no campo de investigação, privilegiamos a pesquisa ação, a fim de possibilitar, através, de dados obtidos, a formulação de novas questões/pressupostos para pesquisas futuras. O levantamento dos dados foi realizado *in loco*, por meio de observações na instituição alvo da pesquisa, sendo realizadas no período de Março de 2015.

O referencial teórico utilizado se ancora em Veiga(2003), Neubauer (2001), as autoras dialogam que um processo de vivência democrática nas escolas somente acontecerá



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

quando todos os segmentos que compõem a comunidade escolar e acadêmica possam participar, com o compromisso, acompanhamento e, principalmente, nas escolhas das trilhas que a instituição irá seguir.

As análises deste estudo ainda podem ser consideradas como resultados parciais, de uma pesquisa ainda em desenvolvimento, e apontam para uma diversidade de questões que demandam um maior tempo de análise sobre a complexa problemática na qual se inserem as políticas públicas de educação no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O debate sobre as Políticas Públicas Educacionais voltadas a melhoria da educação no ensino médio, requer uma apreciação mais detida de algumas leis específicas que merecem ser citadas aqui, tais como: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); a ampliação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para o atendimento de escolas de Ensino Médio, que vem buscando promover ações que possam minimizar essas dificuldades. Ainda com foco no ensino médio, têm-se o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), que integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2009, como estratégia do governo federal para a reestruturação dos currículos do Ensino Médio nos estados.

De acordo com as diretrizes para o Programa Ensino Médio Inovador, o mesmo tem como objetivo,

[...] apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio, ampliando o tempo dos estudantes na escola e buscando garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo também às expectativas dos estudantes do Ensino Médio e às demandas da sociedade contemporânea (BRASIL, 2008, p.83).

Esse documento define um Plano de Ação Pedagógica (PAP) cujos efeitos incidem diretamente no currículo, que possibilita a aquisição de materiais pedagógicos, laboratórios, investimento em formação de professores, visitas de estudos dos estudantes, entre outras atividades que fazem parte de uma formação comprometida com a promoção do conhecimento, a pesquisa e as ações culturais. Com amparo nessa legislação específica que



denota um cuidado especial para essa etapa do ensino, o foco de nosso debate recai sobre as possibilidades concretas de se construir um Plano de Ação para que a escola possa adaptar suas ações com as temáticas do ProEMI, acima mencionado.

Nessa perspectiva são apresentadas aqui algumas sugestões para implementação de ações a serem executadas no sentido de fortalecer a colaboração entre todos os atores envolvidos na escola:

- Promover oficinas para professores, alunos e pais a cerca da elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, pois somente teremos a participação efetiva de todos os servidores, professores, pais e comunidades quando os mesmos tiverem a consciência dos seus direitos e deveres, portanto, participar das ações da escola precisa ser motivado por atitudes como as oficinas propostas.
- Atualização do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, o mesmo deverá dialogar com todos os problemas e as possíveis soluções para que de forma democrática e participativa, no mínimo, ao final de cada ano letivo ou quando se fizer necessário, de modo a ajustá-lo às novas necessidades e demandas da comunidade escolar.
- Estimular a criação de projetos interdisciplinares, envolvendo professores, alunos, por exemplo, Projeto Cinema e vídeo na escola, Grupo de dança e teatro, práticas esportivas diversificadas, clube de ciência e matemática.

Essas ações, ao serem desenvolvidas na escola precisam estar alinhadas com a realidade local em que a escola esteja inserida, visando alcançar os objetivos propostos relacionados ao currículo da escola e das diretrizes estabelecidas pelo ProEmi, ou seja, o foco em ações elaboradas a partir das áreas de conhecimento, conforme proposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, ações que articulem os conhecimentos à vida dos estudantes, seus contextos e realidades.

CONCLUSÃO

Pode-se constatar que existe uma preocupação social e política com o sistema de ensino no Brasil, que está passando por adaptações sistemáticas, entre elas, a ampliação da



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

carga horária e da jornada diária das crianças e jovens, a busca pela manutenção desses jovens na escola e a reestruturação do Ensino Médio para adequá-lo às novas demandas do mundo do trabalho, que se apresentam como novos desafios, posteriores à universalização do acesso à escola.

Algumas ações podem ser projetadas em busca desta construção do PPP coletivo, tais como: o fortalecimento dos órgãos colegiados da escola, tais como o Conselho Escolar, o Grêmio Estudantil, a Unidade Executora, o Conselho de Pais. Somente após o fortalecimento dessa ação teremos a possibilidade de construir um espaço de debates e interações para que o grupo possa compartilhar angústias e solucionar as problemáticas a serem enfrentadas.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei 9394/96, de 20 dez. 1996 Brasília, DF, p. 1. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 20 de outubro 2014.

_____. Compromisso Todos Pela Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes_compromisso.pdf. Acesso em 19 de outubro de 2014. Brasília: 2012.

_____. Secretaria de Educação Básica. Programa: Ensino Médio Inovador Documento Orientador. Brasília: 2014.

_____. Secretaria de Educação Básica. Programa: Ensino Médio Inovador Documento Orientador. Brasília: 2008.

NEUBAUER, Rose et all. **Ensino médio no Brasil: uma análise de melhores práticas e de políticas públicas**. Revista Brasileira de Estudos e Pedagogia. Brasília, v. 92, n. 230, p. 11-33, jan./abr. 2011. Acesso em: 20 de Janeiro de 2015.

Disponível: < <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/1822/1378>>.

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica. 8. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

VEIGA, I.P.A. **Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?** Caderno Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003 267. Acesso em 16 de janeiro de 2015. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>